



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA		ATA DE REUNIÃO	
		ORDINÁRIA (X)	EXTRAORDINÁRIA ()
Data: 06.09.2012	Horário: 09h00	Local: Sala de Reuniões da Procuradoria-Geral de Justiça	Presidência: Dr. Marcelo Ferra de Carvalho Secretária: Dra. Valéria Perassoli Bertholdi

PROCURADORES DE JUSTIÇA PRESENTES: Drs. Marcelo Ferra de Carvalho, , Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Mauro Delfino Cesar, Wilson Vicente Leon, Luiz Eduardo Martins Jacob, Benedito Xavier de Souza Corbelino, Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres, Mauro Viveiros, Dalva Maria de Jesus Almeida, Siger Tutiya, Eunice Helena Rodrigues de Barros, Paulo Roberto Jorge do Prado, José Zuqueti, Naume Denise Nunes Rocha Muller, Edmilson da Costa Pereira, Maria Angela Veras Gadelha Souza, Gill Rosa Fechtner, Silvana Correa Vianna, José de Medeiros e Valéria Perassoli Bertholdi.

PROCURADORES DE JUSTIÇA AUSENTES	JUSTIFICATIVA
Waldemar Rodrigues dos Santos Junior	Continuação de Sessão no TJ
Leonir Colombo	
José Basílio Gonçalves	Sessão no TJ
Hélio Fredolino Faust	Férias
João Batista de Almeida	
Paulo Ferreira Rocha	Férias
Mara Lígia Pires de Almeida Barreto	Licença médica
Kátia Maria Aguilera Ríspoli	Consulta
Vivaldino Ferreira de Oliveira	Licença médica
Astúrio Ferreira da Silva Filho	Licença médica
Élio Américo	Férias

Síntese das decisões da última reunião do CPJ.

01 – Resolução nº 77/2012-CPJ – ad referendum – Decisão: À unanimidade, referendaram a Resolução.

02 – GEDOC Nº 003736-001/2012 - Proposta orçamentária da PGJ e FUNAMP – Exercício de 2013.
Decisão: À unanimidade, aprovaram a Proposta Orçamentária do exercício de 2013.

RELATO DAS DISCUSSÕES

Presidiu a reunião o Dr. Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça que, verificando o quórum suficiente, declarou instalada e aberta a sessão, às 09h20, passando para a pauta do dia.



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

Item I – Indicação da Comissão Eleitoral que irá conduzir os trabalhos na Eleição para Procurador-Geral de Justiça, biênio 2013/2015. O Presidente inicialmente colocou em discussão a data da eleição para Procurador-Geral de Justiça, ficando estabelecido o dia 05 de dezembro de 2012. Passando-se às indicações para a Comissão Eleitoral, após breve debate, foram indicados e aprovados os seguintes membros: Procurador de Justiça Dr. Hélio Fredolino Faust (Presidente) e os Promotores de Justiça Miguel Shhessarenko Junior e Sasenazy Soares Rocha Daufenbach. Decisão: À unanimidade, referendaram os nomes do Procurador de Justiça Dr. Hélio Fredolino Faust (Presidente) e dos Promotores de Justiça Miguel Shhessarenko Junior e Sasenazy Soares Rocha Daufenbach, como membros da Comissão Eleitoral. Em havendo eventual afastamento de um dos Promotores de Justiça indicados, o colegiado aprovou o nome do Promotor de Justiça Carlos Eduardo Silva. **Item II – Apresentação do Plano de Trabalho Anual das Procuradorias Especializadas.** O Presidente informou que, conforme determina a Resolução nº 55/2010-CPJ – Art. 2, II, na reunião ordinária do mês de setembro ocorre a apresentação do Plano de Trabalho Anual das Procuradorias Especializadas. Verificou junto aos Procuradores, iniciando as apresentações o **Dr. Luiz Alberto Esteves Scaloppe, Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística**, explanando sobre a demanda existente, destacando a quantidade de compromissos para um só membro, esclarecendo que tem procurado comparecer ao máximo de reuniões, encontros, seminários, congressos e oficinas. Também tem ministrado palestras e promovido audiências públicas, contando ainda com dedicação e participação integral de sua assessoria. Além disso, atuou em processos judiciais, procedimentos do Conselho Superior do Ministério Público, investigações, laudos para Promotores de Justiça com vistoria e imagem, além de orientações e/ou recomendações aos Promotores de Justiça com atribuição no Meio Ambiente Natural e/ou Urbanístico. No PTA de 2013 estabeleceu duas ações, sendo a primeira o controle da qualidade do meio ambiente natural, que ocorrerá com promoção de combate ao desmatamento ilegal; pretende também acompanhar e subsidiar a atuação dos comitês de bacias hidrográficas e promover o combate à queimada ilegal. A segunda ação trata da organização e sustentabilidade das cidades mato-grossenses,



Ministério Público do Estado de Mato Grosso Procuradoria Geral de Justiça

onde atuará em busca do crescimento sustentável dos espaços urbanos. A seguir, veio apresentação do **Dr. Edmilson da Costa Pereira, Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Cidadania e do Consumidor**, explanou que a prioridade do ano de 2012 é a violência contra pessoa idosa e pessoa com deficiência e as Promotorias de Justiça que executam o PTA atual somatizam 30% e, a seu ver, a situação ideal é que 60% delas o façam. Destacou na área extrajudicial as instaurações de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, Termos de Ajustamento de Conduta, Recomendações encaminhadas, Petições iniciais elaboradas e Processos judiciais referente à idosos, pessoas com deficiência, saúde, consumidor, educação e outras áreas da cidadania. Finalizou destacando que para o PTA 2013 a prioridade será a Defesa dos direitos do cidadão à Educação e tem como meta atuar 60% dos municípios com ações voltadas para efetivação de políticas na área de educação. **Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada em Defesa da Criança e do Adolescente**, destacou que em 2012 até o presente momento também realizou reuniões, palestras e seminários, e que para 2013 tem como objetivo promover ações junto ao Poder público para que as medidas socioeducativas observem os dispositivos legais da Doutrina da Proteção Integral estabelecida no ECA. Os Indicadores são as ações ministeriais cumpridas e as demandadas, número de centros socioeducativos implantados e reformados e para tanto tem como medidas a revisão dos processos de adolescentes em conflito com a lei em medida de internação, participar da rede de interação visando garantir tais direitos, acompanhar o orçamento destinado ao Sistema Socioeducativo previsto em MT, implantar sistema de informação SIPIA/SINASE (Sistema de Informação para Infância e Juventude/Sistema Nacional de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas), analisar a possibilidade de firmar TAC com a SEJUDH para contratação de servidores, por meio de concurso, para atuarem nos sistemas socioeducativos, nos moldes do convênio firmado, articular com os poderes executivo estadual e municipal e entidades não governamentais com a finalidade de implantar centros socioeducativos inclusive com tratamento de desintoxicação para internos dependentes químicos e propor medidas judiciais e extrajudiciais visando compelir o Estado a implantar/reformar/adequar centros



Ministério Público do Estado de Mato Grosso Procuradoria Geral de Justiça

socioeducativos nas cidades de Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Barra do Garças e Cáceres (no ano de 2013) e Alta Floresta, Diamantino, Primavera do Leste, Juína e São Félix do Araguaia (em 2014). Extrajudicialmente pretende manter reuniões constantes com os Secretários de Estado, Poder Judiciário, organizações não governamentais e com todos os órgãos direta ou indiretamente ligados à causa; e ainda, promover audiências públicas, palestras, mobilizações, cursos e campanhas nas comarcas pólo. **Dra. Silvana Correa Vianna, Procuradora de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Probidade, do Patrimônio Público e da Ordem Tributária** informou que em 2012 os principais trabalhos desenvolvidos foram a atuação judicial e encontros, capacitações e treinamentos realizados junto a membros e servidores do MP-MT. A demanda judicial até 31/08/12 foi de 775 processos judiciais, sendo que até a data citada já foram devolvidos 757. Realizou o Workshop Aspectos práticos de investigações de fraudes em licitações e contratos – enriquecimento ilícito; curso sobre improbidade administrativa, II Encontro Estadual na Defesa da Probidade Administrativa e do Patrimônio Público. Para 2013 pretende aumentar 2% a eficiência, que atualmente é de 54% e para tanto será realizado o levantamento das ações improcedentes para que possam ser melhoradas; solicitar análise das ações improcedentes, enviando sugestões das possíveis causas; sistematização das respostas e divulgação dos resultados, análise dos resultados e identificação da necessidade de auxílio e reunião presencial para definição estratégica de ação com dados. Previsão também de workshop, curso de processo civil e 3º encontro estadual da defesa do patrimônio público. **Dr. Mauro Viveiros, Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada Criminal**, que, inicialmente, destacou que a Procuradoria Especializada de sua titularidade possui atividade eminentemente judicial, não tendo ocorrido no ano de 2012 seminários e palestras nessa área, inclusive por acumular junto à Especializada a função de Corregedor Geral do MP-MT, onde possui outros compromissos legais como viagens de correições, inspeções e Reunião Ordinária de Corregedores-Gerais. Prosseguiu falando acerca dos projetos constantes no PTA 2013 visando efetividade da legislação penal: implantação do sistema de gestão por indicadores; implantação de um modelo de fiscalização de execução penal e implantação



Ministério Pùblico do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

do controle externo da atividade policial. Em relação ao primeiro informou que até o momento foram projetados 104 indicadores incluindo indicadores em geral, indicadores do plano antidrogas e indicadores de estatística e dos 104, 30 já se encontram em fase final de implantação no SIMP. Outros 27 (do plano antidrogas) já estão sendo trabalhados pelo Departamento de Tecnologia de Informação. Finalizados estes, serão capacitados os servidores para introduzir dados no sistema e realizadas as primeiras ações para diagnóstico do sistema criminal do Ministério Pùblico. Por consequência, adoção das medidas necessárias para satisfação das metas institucionais, como implantação do cadastro de partes nos crimes de tráfico de drogas e implantação no SIMP de uma tela destinada ao cadastro de traficantes. No tocante ao segundo, encontra-se concluído. Algumas ações já foram implementadas, tais como criação de despacho fundamentado de classificação do crime no flagrante. **Assuntos gerais.** O Presidente informou ao colegiado que acerca da resolução que regulamenta o acesso à informação no âmbito do Ministério Pùblico do Estado de Mato Grosso, aprovada na última reunião, foi questionada a divulgação salarial nominal no site da instituição. Após amplo debate, não houve decisão no sentido de alteração em relação ao que foi aprovado naquela oportunidade. Nada mais havendo, às 11h30, encerraram-se os trabalhos, determinando o senhor Presidente, a lavratura da presente Ata, acompanhada da gravação em DVD.

MARCELO FERRA DE CARVALHO

Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ

VALÉRIA PERASSOLI BERTHOLDI

Procuradora de Justiça
Secretária do CPJ